

As palavras significam na e pela história: uma análise discursiva de uma fala de campanha de Bolsonaro

Words mean in and by history: a discursive analysis of a Bolsonaro campaign speech

Michel Marques de Faria¹
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
michelmarques@id.uff.br

RESUMO: O presente trabalho, ancorado na Análise de Discurso materialista proposta por M. Pêcheux, realiza uma análise de duas sequências discursivas proferidas por Bolsonaro poucos dias antes do segundo turno da corrida presidencial de 2018. Objetiva-se, com o presente artigo, analisar e demonstrar que as palavras significam na e pela história, isto é, os discursos inscrevem-se em redes discursivas que sustentam cada tomada de palavra.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Memória Discursiva; Língua; Discurso.

ABSTRACT: The present work, anchored in the materialist discourse analysis proposed by M. Pêcheux, analyzes two discursive sequences given by Bolsonaro a few days before the second round of the 2018 presidential race. The aim of this paper is to analyze and demonstrate that words mean in and through history, that is, the speeches are inscribed in discursive networks that support each word taking.

Keywords: Discourse Analysis; Discursive Memory; Language; Discourse.

¹ Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Letras - Português e Língua Estrangeira Italiana pela Universidade Federal Fluminense

Introdução

“Suas palavras soavam como água fluindo continuamente de uma fonte. Até então nunca ouvira palavras de amor naquela língua, mas sentia que eram palavras de amor”
Elias Canetti (1987)

Elias Canetti, autor búlgaro, escreveu *Voices de Marrakech*, livro do qual foi extraída a epígrafe acima. Nesse livro, o autor relata vozes, ruídos e imagens de seus passeios pelos bairros da cidade. É uma obra cuja questão central perpassa pela linguagem e, mais ainda, pela língua. Se o autor narra suas percepções de passeios pela cidade, esses passeios são feitos por meio de um viajante que não tem conhecimento nem da língua árabe nem dos dialetos berberes. Assim, cada capítulo vai sendo construído nesse jogo de língua(gem), nessa relação de sentidos e significados dados à língua.

Canetti vai atribuindo sentido aos acontecimentos conforme sua relação vai se desenvolvendo. Pergunta, o autor, em determinado capítulo “O que é a língua? O que esconde? O que ela nos rouba?” (CANETTI, 1987, p. 27). Perguntas importantes para pensarmos nossa relação com a língua. No caso de Canetti, mesmo nunca tendo ouvido palavras de amor na língua árabe, ele sabia, ele sentia que elas eram de amor (ainda que não as fossem), pois sua relação com a língua, naquele momento, as fazia significarem assim.

Apesar de trazer a obra de Canetti para esse início de reflexão, não é ela quem me dará um norte para seguir minha análise. Contudo, ela é importante, pois permite lançar duas perguntas: E nossa relação com a língua? Como as palavras significam, a cada tomada de palavra que outrem (um outro alguém) faz? São essas questões que o presente trabalho se propõe a refletir (mesmo que de forma indireta). Para isso, ancora-se na teoria discursiva materialista de Michel Pêcheux (2007; 2014a; 2014b) que tem sido profícua no Brasil, principalmente (mas não somente), a partir dos estudos realizados por Eni Orlandi (1995; 2001; 2013). Essa ancoragem teórica permitirá empreender um gesto de leitura para realizar a análise de duas sequências discursivas (SD) proferidas pelo então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, durante o período de campanha eleitoral.

Importa trazer tais questões, pensando principalmente o momento político em que se vive no Brasil. Um momento em que parece haver uma constante saturação da (ou de uma) memória. Assim, o que aqui se apresenta é um gesto de análise e, mais ainda, de reflexão, feito em um momento de inúmeras tentativas de apagar, reescrever ou manipular a história político-social vigente. Empreende-se uma leitura e, conseqüentemente, uma análise para

mostrar que (como) as palavras significam. Significam e não está em nas mãos do sujeito (apesar de ilusoriamente ter-se essa sensação) o controle do significado. O que se diz só faz sentido, pois há um esquecimento, há uma história e assim permitem (e fazem com) que as palavras voltem à base do dizível para que (res)signifiquem.

Discurso: uma questão teórico-metodológica

A Análise de Discurso (AD) nasce como uma ciência de entremeios. Sua constituição se dá a partir do diálogo com a Linguística, com o Materialismo Histórico e com a Psicanálise. Não é, entretanto, uma relação servil. Ao contrário, a Análise de Discurso

[...] interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2013, p. 20).

Isso significa dizer que o seu fazer está na confluência dessas áreas. É uma disciplina que rompe com o conceito de significante e significado presente em Saussure, já que admite a possibilidade de mais de um significante estar colado a um mesmo significado. Ela também se vale das leituras de Freud feitas por Lacan e da noção de ideologia presente em Althusser – a partir das leituras em Marx. Temos então a transformação do indivíduo (bio-psíquico), que interpelado pela ideologia, passa à condição de um ser sujeito (histórico-social). Esse sujeito é constituído na linguagem e pode ser entendido como uma posição discursiva.

Do quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, há alguns conceitos importantes para o gesto analítico empreendido no presente trabalho. Por isso, na presente seção, trarei à baila algumas questões teóricas que serão utilizadas em meu gesto de análise.

Um dos conceitos para a AD se constituir enquanto disciplina (de entremeios) é o de ideologia. A partir das leituras de Marx feitas por Althusser ([1970] 2013), M. Pêcheux irá extrair reflexões das teses althusserianas que são fundamentais para a constituição da teoria do discurso de base materialista. Para tal, vai às leituras do filósofo francês que, para expor sua tese, formula três questões sobre o conceito de ideologia em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Em sua primeira tese, Althusser defende que “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 2013, p. 126). Sustenta, pois, que “o que é representado na ideologia, portanto, não é o

sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 2013, p. 128). Ou seja, é ela (a ideologia) quem produz e impõe evidências de tal modo que não se percebe estar sob esse “efeito ideológico”. Nesse sentido, dentro da teoria materialista do discurso², é o que nos permite afirmar que uma “frase x” pode vir a significar de forma distinta para sujeitos interpelados por ideologias diferentes.

Partindo para a sua segunda tese, Althusser (2013) expõe que “a ideologia tem uma existência material” (p. 128). Afirma o autor que “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas. Essa existência é material” (ALTHUSSER, 2013, p. 129). É, pois, o que permite dizer que a ideologia ganha materialidade, visto que ela se faz presente em um dado *Aparelho do Estado*.

Sobre a questão dos Aparelhos do Estado, o filósofo francês formula que eles são de duas ordens: de um lado há os Aparelhos Repressores do Estado (ARE) e do outro há os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). De acordo com o autor, o que difere um do outro é a forma de funcionamento. Assim,

[...] o Aparelho (Repressivo) de Estado funciona maciça e predominantemente pela repressão (inclusive a repressão física), e secundariamente pela ideologia. (Não existe um aparelho puramente repressivo). Por exemplo, o exército e a polícia também funcionam pela ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução quanto nos “valores” que propõem para fora (ALTHUSSER, 2013, p. 116)³.

Por outro lado, os Aparelhos Ideológicos de Estado são os que funcionam

[...] maciça e predominantemente pela ideologia, mas também funcionam secundariamente pela repressão, ainda que, no limite, mas somente no limite, esta seja muito atenuada e escondida, até mesmo simbólica. (Não há algo que se possa chamar de aparelho puramente ideológico). Assim, as escolas e igrejas dispõem de métodos adequados de punição, expulsão, seleção, etc., para “disciplinar” não apenas seus pastores, mas também seus rebanhos. O mesmo se aplica à família... E o mesmo se aplica ao AIE cultural (censura, entre outras coisas) etc. (ALTHUSSER, 2013, p. 116)

² É importante frisar que Althusser não nega o fato de que os discursos não estão imunes à ideologia. O filósofo sabe que a ideologia determina não só os sujeitos como, também, os discursos (inclusive aqueles que aparecem sob forma puramente técnica). Entretanto, o filósofo francês não estava centrado na relação entre o linguístico e o ideológico.

³ Com relação aos trechos da obra de Althusser, cumpre dizer que ela é realizada tal qual está grafada no livro consultado, inclusive com períodos inteiros entre parênteses.

Ou seja, cada Aparelho do Estado é a realização de uma ideologia. Isso implica em dizer que não há uma única ideologia, mas sim há ideologias, como a ideologia religiosa, a ideologia militar, a ideologia proletária, etc.

As duas teses expostas acima foram formuladas pelo filósofo e caminham para que Althusser possa explicar sua terceira tese (que ele diz ser a tese central). O autor defende que a “ideologia interpela indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 2013, p. 131). Afirmando que

[...] a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de "constituir" indivíduos concretos como sujeitos (ALTHUSSER, 2013, p. 132).

Em outras palavras: é pela ideologia que se é chamado a ser sujeito pragmático sócio-histórico. O que permite dizer que é também a ideologia, então, a responsável por naturalizar os sentidos para o sujeito.

Esse sujeito, em Análise de Discurso, é o que chamamos de assujeitamento: é sujeito de, e sujeito à. É um sujeito atravessado pela língua e pela história. E é esse sujeito que pratica o discurso. Daí resulta duas afirmações importantes: “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2013, p. 47). Assim, o dizer do sujeito irá significar a partir de determinadas condições. É um dizer que está sujeito à falha, ao equívoco e que vai significar no interior de determinadas formações discursivas e ideológicas.

Outro conceito que considero importante para pensar o gesto analítico empreendido no presente estudo é o de formação discursiva. Segundo Orlandi (2013), “a noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia” (p. 43). O processo de produção dos sentidos está relacionado ao fato de o sentido ultrapassar a soma de significados que compõe uma frase. De tal forma, diz-se em Análise de Discurso que os sentidos sempre podem ser outros. Isso não implica em dizer que podem ser quaisquer sentidos, mas sim que não estão fechados em si.

Ainda em Orlandi (2013), tem-se que a definição de formação discursiva está relacionada ao “que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (p. 43). É o que possibilita depreender que tudo o que se diz se insere em uma determinada formação discursiva, fazendo com que signifique de forma diferente. É o que faz com que uma mesma

palavra ou expressão receba um sentido diferente a cada tomada de palavra. Disso, diz Pêcheux (2014a, p. 147-148):

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

Em outras palavras: a língua não é transparente (cf. ORLANDI, 2013), tampouco é uma fina película que pode facilmente ser ultrapassada. Ao contrário, é espessa e opaca. Já é um indicativo de que as palavras não possuem um sentido próprio, mas têm sentidos atribuídos em seu uso.

Um terceiro conceito que importa para a análise proposta é o de posição discursiva. É o conceito que nos possibilita compreender o processo de significação da tomada de palavra por meio da Análise de Discurso, uma vez que

[...] ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentidos por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (ORLANDI, 2013, p. 53)

Dessa forma, quando se fala em posição discursiva, se quer dizer que o lugar discursivo do qual falamos é constitutivo daquilo que dizemos. Ao considerar, por exemplo, o enunciado “Professor tem que trabalhar por amor” para ilustrar a posição discursiva, é possível pensar que, se esse enunciado for dito por um político, ele significará diferentemente do que se for dito por um professor. Isso ocorre, pois, tanto um como outro, falam de posições distintas e, assim, o enunciado mobilizará redes de sentidos outras. Todavia, um apontamento importante a ser feito é que o sentido se dá em função não apenas do que o sujeito diz, mas também da posição em que se fala e, também, da interpretação possível do interlocutor.

Friso que não se trata, no entanto, de pensar a posição discursiva como coincidindo necessariamente com o lugar empírico em que um sujeito ocupa na sociedade, já que, pelas relações imaginárias, é possível, por exemplo, um político ocupar a posição discursiva de um professor e um professor ocupar a posição discursiva de um político. A esse respeito, Orlandi (2013b) aponta que

[...] na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições. E isso se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente, mas o operário enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias (p. 40-41).

Antes de entrar na análise das SDs selecionadas, é preciso tecer algumas considerações sobre a produção do discurso. Sendo assim, trarei-as à tona na próxima seção.

O discurso ocorre por condições de produção

A par dos dispositivos teórico-metodológicos expostos acima, faço algumas considerações necessárias. É importante marcar que em Análise de Discurso, pensar o termo “discurso” é pensar algo que está em curso, que não tem início, meio ou fim. Sendo assim, o discurso é entendido como efeitos de sentidos. Efeitos de sentido que podem ser apreendidos de um texto (que aqui não é considerado como uma unidade, fechado em si mesmo), e, também, efeitos de sentidos entre locutores. Dito de outra forma, discurso é “efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz” (ORLANDI, 2013, p. 30). Muito bem aponta Orlandi (2013), ao dizer que “a Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação” (p. 26).

Por isso, enquanto disciplina (de entremeio) das ciências da linguagem, a AD “visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 26). Isso significa dizer, conforme foi apontado mais acima, um dizer “x” possui sentidos que se dão a cada tomada de posição. Para Pêcheux (2014b), “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (p. 78, grifos do autor).

Dessa forma, se, pela AD, consegue-se mobilizar os conceitos teórico-metodológicos dispostos acima, é porque há um mecanismo que faz funcionar o discurso, ou melhor: dá possibilidade para aquilo que pode e deve ser dito. É o mecanismo das condições de produção. A rigor, elas são de duas ordens (cf. ORLANDI, 2013): de ordem estrita e de ordem ampla. Quando pensamos nas condições de produção em seu sentido estrito, pensamos

o contexto imediato que cria a possibilidade do dizer ser feito: onde é dito tal discurso? Quem diz tal coisa? Ou seja, são as circunstâncias que permitem tal enunciação.

Já o sentido amplo das condições de produção é o contexto sócio-histórico e ideológico. É quando faz funcionar a história e a memória discursiva, ou seja, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2013, p. 31). São as “condições (históricas) da produção e circulação de um discurso pensando que é no momento em que a língua se oferece ao equívoco que os gestos ideológicos de produção de sentidos transbordam” (MEDEIROS, 2008, p. 49). Assim, aponta Pêcheux (2014b), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produções dadas” (p. 77) e nos mostra o fato de as condições de produção funcionarem a partir de certos fatores. Exemplifica o autor:

[...] o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política (PÊCHEUX, 2014b, p. 77).

Pêcheux diz, então, que as condições de produção mesclam o jogo de imagens ao qual o sujeito está submetido e a situação histórica que é determinada. É quando o discurso faz funcionar as *formações imaginárias* que compreendem relações de sentidos, isto é, “o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio” (PÊCHEUX, 2014b, p. 77). Ou, em outras palavras: um discurso aponta para outros discursos que o sustentam. Há, ainda, nessas formações imaginárias duas outras relações: as de antecipação e as de força.

As relações de antecipação são aquelas que permitem ao sujeito dizer o discurso de um modo e não de outro, segundo o efeito que ele pensa (veja aí a ilusão de ter o controle do dizer) produzir. Assim, em um comício político, por exemplo, aquele que detém o poder da fala no palanque, pode antecipar-se ao seu interlocutor no que tange aos sentidos que as palavras produzem e, assim, dirigir “o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor” (ORLANDI, 2013, p. 39).

Uma outra relação que funciona no processo discursivo é relação de *força*. Ela vai ao encontro do que denominamos anteriormente como “posição discursiva”: ou seja, o lugar do qual falamos é constitutivo daquilo que dizemos. Assim, falar de uma determinada posição vale/significa mais do que falar de outra: a posição professor(a) vale mais do que a posição aluno; a posição mãe vale mais do que a posição filho(a), etc.

Todas essas relações contribuem para a constituição das condições de produção de um discurso e, conseqüentemente, como ele irá significar. Nas palavras de Orlandi (2013), “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (p. 42). É o que explorarei na próxima seção. A partir dessas questões teórico-metodológicas postas e com gestos de leitura, irei empreender uma análise de duas SDs selecionadas.

De como as palavras ganham e (res)significam valor: uma análise do discurso

28 de outubro de 2018. Aproximadamente 19h30. 99,9% das urnas apuradas e é dado como finalizado o processo eleitoral brasileiro. Assim, o Brasil já contava com um novo presidente eleito: Jair Bolsonaro. Com 55,13%⁴ dos votos válidos, sua vitória ocorre em uma das eleições de maior polarização na história do país. Uma campanha cuja marca deste candidato foi um discurso de demonização de governos e políticas à esquerda. Muito se foi dito durante toda a corrida presidencial. E destes dizeres, isto é, discursos em circulação, toma-se um que foi proferido a poucos dias do resultado final das eleições. O breve excerto é de uma reportagem publicada pela Agência Reuters da qual duas seqüências discursivas foram delimitadas, enquanto um olhar de já interpretação, para análise:

Em fala transmitida a manifestantes a favor de sua candidatura na avenida Paulista, em São Paulo, e “dedicada a todo o Brasil” Bolsonaro afirmou que seus apoiadores são a maioria e que eles são “o Brasil de verdade”. “Não tem preço as imagens que vejo agora da Paulista e de todo o meu querido Brasil. Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia. **Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria**”, disse o candidato, em referência aos que apoiam seu adversário, Fernando Haddad (PT). “Essa pátria é nossa. Não é dessa gangue que tem uma bandeira vermelha e tem a cabeça lavada”, afirmou. [...] **“Pretalhada, vai tudo**

⁴ Conforme notícia publicada em 28 de outubro de 2018 pela Agência Brasil: Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/com-100-das-urnas-apuradas-bolsonaro-teve-577-milhoes-de-votos>>. Acesso em: 20 set. 2019.

vocês para a ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria”, avisou [...]” (grifos nosso)⁵.

Desse excerto, duas SDs são destacadas pelo seu funcionamento discursivo, pelas condições de produções e pela memória discursiva que elas desvelam. Se, conforme dito anteriormente, a posição da qual se fala é constitutiva daquilo que se diz, então é possível pensar que quando Bolsonaro fala, o que ele diz é reflexo de uma posição discursiva de um ex-militar, capitão do exército, político do campo da extrema-direita que se intitula defensor da moral e da família. É o que Pêcheux (2014a) aponta ao dizer que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (p. 146-147).

Assim, aquilo que é dito inscreve-se em uma dada formação discursiva, ou seja, “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014a, p. 147), mobilizando, pois, toda uma rede de sentidos que fará com que cada uma das duas SDs destacadas signifiquem (na e pela história) de uma determina maneira.

Posto isso, temos a primeira sequência discursiva:

SD1 – “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”.

Dessa SD, destacam-se duas questões consideradas importantes no processo de significação. Primeiro é o fato de haver uma referência específica a “esses marginais vermelhos”. Em segundo, é que há uma informação de que ocorrerá a expulsão de alguém. Ou, nas palavras do próprio candidato, um “banimento de nossa pátria”. Vejamos.

Note-se, de início, o uso do pronome demonstrativo “esses” que, na frase, atua como um qualificador, referindo-se exclusivamente a um tipo de “marginal”: o marginal vermelho. Além de qualificador, o pronome demonstrativo “esses” também instaura um distanciamento visto que são esses marginais (vermelhos) e não estes (marginais), ao mesmo tempo em que se faz um direcionamento específico: são esses marginais (vermelhos) e não aqueles (outros marginais).

Outra palavra que também atua significativamente é “vermelhos”. Ela atua quase que como um qualificador coletivo e, assim, evoca toda uma rede de sentidos. Não é qualquer “marginal” que será banido da pátria. É, nesse caso, exclusivamente os “marginais

⁵ Sobre o segundo grifo destacado “Pretalhada, vai tudo vocês para a ponta da praia”, cito conforme consta no site da Agência Reuters. Entretanto, cabe destacar que o termo correto é “Petalhada”.

vermelhos”. É significativo, pois dizer “marginais vermelhos” não é dizer, por exemplo, marginais verde-amarelos. Fica a pergunta: só (os que são considerados) marginais vermelhos serão banidos da pátria? E os outros?

Ainda é significativo usar a palavra vermelho, pois ela mobiliza uma rede que sustenta seu sentido. É uma cor que significa discursivamente. Dizer “vermelho”, politicamente, é realizar uma associação da cor vermelha ao espectro da esquerda política. Como bem nota Orlandi (2013), “a cor vermelha está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras” (p. 29). É cor que indica luta, pulsão por mudanças. É amplamente utilizada no campo político da esquerda. Em um rápido exercício, se olharmos as bandeiras de partidos políticos à esquerda (partidos esses que, normalmente, atuam em pautas de caráter progressista, transformador), o vermelho estará presente na maioria delas.

Em seguida, há outra questão que é significativa discursivamente: o fato de indicar que esses (e não estes ou aqueles) “marginais vermelhos serão banidos”. Primeiro, sobressai-se a escolha lexical do verbo “banir”. Sua carga semântica negativa é muito forte. Banir alguém é expulsar. É desterrar. Nesse caso, serão desterrados aqueles que são considerados “vermelhos”. Esse desterro ocorrerá da “nossa pátria”. Ou seja: não basta dizer que serão banidos, é importante marcar também que a pátria (o Brasil, nesse caso) é/será tomada para um determinado grupo político e seus simpatizantes. É marcar discursivamente, aos que se inserem politicamente à esquerda, que não pertencem ao Brasil.

Nesse sentido, não custa considerar que, se até aqui tenho exposto e defendido teoricamente que as palavras significam e não controlamos os sentidos, que elas significam pela história e que é pelas condições de produção que evocamos a *memória discursiva*⁶, é importante pensar então que o ato de dizer, de uma posição discursiva dada, que irá banir alguém por ser vermelho (isso é, por inserir-se politicamente à esquerda) remonta à práxis-comum realizada durante o período de ruptura constitucional em nossa história política. De 1964 até 1985, muitos daqueles que eram considerados subversivos, isto é, que estavam inseridos à esquerda foram exilados do país, banidos⁷.

⁶ Aqui evoco Pêcheux (2007) em seu texto Papel da Memória que muito bem lembra o fato de que “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (p. 50). Assim, escreve o autor em seguida, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (Pêcheux, 2007, p. 52). Ou seja, é a retomada a discursos anteriores e que atua como um balizador dos embates entre as redes de memórias e dos acontecimentos discursivos.

⁷ É indiscutível que na literatura acadêmica, seja no campo da história, seja no campo da análise de discurso, haja muitos textos de qualidade que retratem o período da Ditadura Militar no Brasil. Entretanto, gostaria de

Antes de seguir para a próxima SD, é preciso ressaltar um fato discursivo interessante no que tange à significação das cores. Para se contrapor ao espectro político da esquerda, a campanha de Bolsonaro fez um jogo semiótico com as cores verde, amarela e azul (principalmente as duas primeiras)⁸. Era uma forma deste candidato de significar, por via das cores, como aquele que abraça as cores da bandeira brasileira ao contrário do outro lado.

Partindo, então, para a segunda SD, temos:

SD2 – “Petralhada, vai tudo vocês para a ponta da praia”.

Dessa SD destaco duas outras palavras/expressões que considero importantes do ponto de vista de sua significação e das redes de sentido que ela evoca: “petralhada” e “ponta da praia”.

Se na SD anterior foi indicado de que haveria um banimento dos “vermelhos”, então aqui se indica, se aponta por onde ocorrerá: pela beira da praia, no mar. Não basta indicar por indicar. É preciso, mais uma vez, detalhar quem será. E é nesse momento que entra o termo “petralhada”. Exercendo a função sintática de vocativo, é o termo da oração responsável pelo chamamento de um interlocutor. Discursivamente, o que se verifica é que atua na interpelação a quem nos dirigimos. Assim, faz uma alusão direta aos integrantes/simpatizantes do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, nessa SD parece haver um funcionamento muito mais coletivo do que individual. Explico: é um termo que quando criado refere-se aos integrantes do Partido dos Trabalhadores, mas que se (re)significa a ponto de englobar toda esquerda política. É, portanto, dizer que todos os de esquerda são, por tabela, ligados ao PT, seu principal

fazer coro à vasta produção existente sobre esse período de nossa história político-social ressaltando uma obra de literatura infantojuvenil que merece destaque devido. *Meninos sem pátria* (Editora Ática – Coleção Vagalume), de Luiz Puntel, retrata de forma especial a situação dos exilados políticos durante o período da Ditadura Militar. Merece atenção, pois consegue transmitir a dor daquele que está exilado, daquele que foi expulso de seu país. A dor daqueles que, lá fora, não sabem o que é (ou como é) passar por um “7 de setembro”. É quase um par com Gonçalves Dias que de forma contundente (d)escreve a dor de um exilado em forma de versos: “Minha terra tem palmeiras,/Onde canta o Sabiá;/As aves que aqui gorjeiam,/Não gorjeiam como lá” (DIAS, sd). O livro de Puntel, entretanto, foi uma obra censurada no final de 2018 em um tradicional colégio do Rio de Janeiro por ser considerada, por alguns pais, e 37 anos depois de sua primeira publicação, uma obra doutrinadora (sobre isso, ler: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,livro-da-colecao-vaga-lume-com-ditadura-como-pano-de-fundo-e-retirado-de-lista-de-escola-do-rio,70002529714>>. Acesso em: 23 maio 2019).

⁸ Inclusive, em uma breve análise do plano de governo do referido candidato (disponível em: <https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019), essa contraposição semiótica entre verde/amarelo/azul e o vermelho é utilizada a todo momento. O vermelho, quando utilizado, é sempre para enfatizar medidas realizadas por governos à esquerda. Já as cores verde/amarelo/azul são utilizadas para dar ênfase às possíveis realizações que serão efetuadas caso eleito. Em alguns boxes (quadros informativos), por exemplo, a frase “É possível fazer MUITO mais com os atuais recursos! ESSE É NOSSO COMPROMISSO!” vinha em destaque com fundo verde.

adversário político, a partir dos efeitos de polarização que se deu nas condições de produção referentes ao processo de eleição, no ano de 2018 e 2019.

Todavia, o que parece ser mais significativo nessa SD é justamente apontar a ponta da praia, pois ela, o litoral e o mar são lugares que significam histórica e politicamente. O mar, por exemplo, é (mas não apenas) lugar de disputa política. Nesse sentido, cabe lembrar o período histórico das grandes navegações marítimas e dos constantes embates entre Espanha e Portugal que culminou em bulas e tratados papais.

O mar e a ponta da praia também são lugares dos degradados e dos párias. Nesse sentido vale à pena ressaltar o trabalho que Bueno (2016) realiza ao buscar compreender a transformação dos degradados (ao lado dos naufragos) como peças-chave na ocupação e colonização do Brasil. Aponta o autor:

O que se pode afirmar com certeza é que a partir de 1525, quando os europeus começaram a desembarcar com mais frequência no Brasil, encontraram uma galeria de personagens enigmáticos. Eram homens brancos que viviam entre os nativos: alguns tinham sobrevivido ao naufrágio de seus navios, outros haviam desertado deles. Muitos haviam cometido algum crime em Portugal e foram condenados ao degredo no Brasil, outros tiveram a audácia de discordar de seus capitães e acabaram desterrados (BUENO, 2016, p. 9).

Afinal, se eles aqui estavam quando grupos europeus aportaram no Brasil colonial, isso só foi possível pelo mar.

Temos, ainda, o funcionamento do mar e da ponta da praia enquanto lugar de desova. Jogar opositores no mar foi prática-comum, por exemplo, às diversas ditaduras latino-americanas. Verbitsky (1995) aponta isso como prática na Ditadura Argentina a partir de uma carta enviada ao ex-ditador argentino Videla, por Francisco Scilingo (Capitão de Corveta da Escola de Mecânica da Armada). Na carta, Scilingo diz que

Em 1977, quando eu era tenente de navio e estava lotado na Escola de Mecânica, na qual, sob dependência operacional do Primeiro Corpo do Exército, de que Vossa Senhoria era o comandante-chefe, em cumprimento de ordens dadas pelo Poder Executivo, cuja titularidade Vossa Senhoria exercia, participei de dois transportes aéreos: o primeiro, com 13 subversivos, a bordo de um *Skyvan* da Prefeitura, e o segundo, com 17 terroristas, em um *Electra* da Aviação Naval. A estes foi dito que seriam transferidos para uma penitenciária do Sul, motivo por que precisavam ser vacinados. Eles receberam uma primeira dose de anestesia que seria reforçada por outra maior em voo. Finalmente, em ambos os casos, dos aviões em voo, eles foram jogados nus nas águas do Atlântico Sul (VERBITSKY, 1995, p. 16).

As palavras têm história

Com a análise das duas SDs acima, algumas considerações finais de ordem teórico-analíticas são apresentadas. Se, como sustentado teoricamente, é a ideologia a responsável por naturalizar os sentidos para os sujeitos, fazendo com esses se identifiquem com um enunciado de uma forma e não de outra, então é por esse processo de identificação que “sabemos que o sujeito se inscreve em uma formação [discursiva] pela qual suas palavras têm um sentido sob um modo que lhe parece natural, como sendo o sentido-lá, transparente” (ORLANDI, 2001, p. 26). Dessa forma, considerando as condições de produção estritas desse discurso que foi proferido, em uma manifestação para apoio à candidatura de Jair Bolsonaro na corrida presidencial (que estava em vias de finalizar), o que depreendemos é que quando Bolsonaro fala, o que ele diz é reflexo de uma identificação assumida por ele como aquela da memória da Ditadura. Entretanto, cabe salientar que, a partir de todas as questões teórico-metodológicas postas, não se trata de considerar a pessoa, isso é, o sujeito empírico Bolsonaro, pois enquanto pessoa (empiricamente), sua fala nada significa. Trata-se, sim, de considerar o sujeito discursivo, afetado pela ideologia, que é pensado como uma posição discursiva (ex-militar, capitão do exército, etc.) dentre tantas outras possíveis.

Assim, pode-se dizer que aquilo que o que se fala não significa como queremos. Pelo contrário, as palavras significam na e pela história. Isso faz concordar com Orlandi (1995) ao dizer que “as palavras não são apenas nomes, (almas) que se dissolvem. Elas são corpo (materialidade) e têm o peso da história” (p. 47). Por mais que exista a tentativa de conter e controlar o sentido, por exemplo, quando se afirma: “não foi isso que eu quis dizer”, os discursos, inscrevem-se historicamente e significam. A língua, então, “não se reduz ao jogo significante abstrato. Para significar, insistimos, a língua se inscreve na história” (ORLANDI, 2001, p. 27). Por isso as palavras, os dizeres, significam de uma forma e não de outra. Significam de acordo com a posição de quem fala. Significam pelos equívocos que fazem a língua trabalhar.

Ao final desse texto, é preciso retomar as palavras de Robin (2014) para que elas falem, ecoem, signifiquem. Em sua obra *A memória saturada*, Régine Robin analisa a “relação sempre insatisfeita com o passado e os perigos dessa memória saturada que poderia muito bem ser uma das formas de esquecimento”⁹. Já no início do livro, no prefácio, a autora faz o seguinte apontamento para falar do passado que parece nevar sobre nós:

⁹ Conforme texto da contracapa.

Voltam-me fragmentos de textos desprendidos do esquecimento, excertos de filmes abandonados às lixeiras da história ou aos depósitos dos sonhos. Voltam-me imagens de cor sépia, cenas, tristes de chorar, marcadas pela estranheza da relação entre o presente e o passado, tão distantes e tão próximas ao mesmo tempo. Essa memória infiel, mas persistente está fixada em alguns momentos essenciais do meu imaginário familiar. (p. 13)

A retomada das palavras de Robin é feita com um deslocamento. Deslocamento, pois permito-me apontar tal dizer como é uma representação do que ocorre a cada tomada de palavra, a cada vez que alguém fala, visto que sempre voltam “fragmentos”, isso é, já-ditos, mas esquecidos e que retornam à base do dizível. Retornam pela memória e sustentam a tomada de palavra que se (re)significa.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados**: as primeiras expedições ao Brasil [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

CANETTI, Elias. **Vozes de Marrakech**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

DIAS, Gonçalves. **Canção do Exílio**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000100.pdf>> Acesso em: 16 set. 2019.

MARCELLO, Maria Carolina. "Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", diz Bolsonaro. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1MW017-OB RTP>>. Acesso em: 20 maio 2019.

MEDEIROS, Caciane Souza de. As Condições de Produção e o Discurso na Mídia: A Construção de um Percurso de Análise. **Revista FAMECOS/PUCRS**, n. 20, p. 48-55, dez. 2008.

ORLANDI, Eni P. Efeitos do verbal no não verbal. **Revista Rua** – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, Campinas, São Paulo: Unicamp/Nucredi, n. 1, 1995. DOI: <https://doi.org/10.20396/rua.v1i1.8638914>

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Ponte, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014b.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014

VERBITSKY, Horacio. **O voo**. São Paulo: Editora Globo, 1995.

Recebido em: 5 de julho de 2019

Aceito em: 23 de setembro de 2019